

A QUESTÃO DA POLÍTICA EM GRAMSCI

Rodrigo de Souza Filho

Prof. Dr. da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora

Maria Lúcia Duriguetto

Profa. Dra. da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora

Bolsista Cnpq

Resumo

A política é tematizada por Gramsci como uma modalidade de práxis mais imediata da superestrutura, aquela que expressa formas de consciência que tendem a atuar tanto no imediato dos conflitos cotidianos – o que denominou “pequena política” - e como uma modalidade de práxis que contém o elemento catártico, que pressupõe um processo de elevação da consciência formada nas determinações imediatas da vida cotidiana à consciência da universalidade do gênero humano – que denominou “momento ético-político”. Gramsci se dedicou a refletir acerca da fundamentação da política em seu sentido catártico e dos processos que podem fomentar e induzir ao seu desenvolvimento. Nosso foco, neste artigo, é apresentar alguns apontamentos sobre esta reflexão.

Palavras-Chave: Política; Gramsci; Sociedade Regulada

Resumen

La política es discutida por Gramsci como una forma de praxis más inmediata de la superestructura, aquella que expresa formas de conciencia que tienden a actuar tanto en lo inmediato de los conflictos cotidianos - lo que llamó "pequeña política" - y como una modalidad de praxis que contiene el elemento catártico, lo que presupone un proceso de elevar la conciencia formada en las determinaciones inmediatas de la vida cotidiana a la conciencia de la universalidad de la humanidad - que calificó de " momento ético - político". Gramsci se dedicó a reflexionar sobre la fundamentación de la política en su sentido catártico y los procesos que pueden estimular e inducir su desarrollo. Nuestro objetivo en este artículo es presentar algunos apuntes sobre esta reflexión .

Palabras-clave: Política; Gramsci; sociedad regulada

Introdução

De acordo com Coutinho (2011, p.21), as principais contribuições de Gramsci ao desenvolvimento do pensamento marxista não se situam no estrito terreno da crítica da

economia política¹. Embora o marxista italiano jamais tivesse negado a centralidade das relações sociais de produção na explicação da vida social, concentrou sua atenção nas esferas da política e da ideologia, elaborando uma articulação na qual as superestruturas ideológicas, longe de aparecer como simples reflexos passivos da base econômica, têm sua autonomia relativa grandemente ampliada. Sua atenção voltou-se para a política enquanto esfera com estatuto, legalidade e relevância específicos. A apreensão da *política* como sinônimo de *catarse* possibilitou a Gramsci, segundo Coutinho, a elaboração de “uma autêntica ontologia materialista e dialética da práxis política”. Segundo o gramsciano brasileiro, encontramos na obra de Gramsci “uma crítica ontológica da política que, em seus resultados teóricos, cumpre as indicações metodológicas da ‘crítica da economia política’ marxiana [...]” Coutinho (1994, p.159).

Assim, tal como em Marx, também em Gramsci, o conjunto das relações sociais de produção constituem determinações que limitam e condicionam historicamente o campo de alternativas que se colocam à ação humana. Gramsci se importará com os elementos de preparação das condições e processos político-ideológicos da práxis revolucionária, uma vez que, de acordo com o método dialético, a vida social é um terreno dinâmico de alternativas, de luta de tendências, que são resolvidas pela e na luta entre vontades coletivas. É nesta direção que acredita que não há situação histórica que não possa ser mudada pela livre e consciente ação de homens organizados, mas que também este processo é pensado inseparadamente dos condicionamentos sociais que os determinam². É importante lembrar que, em Marx, o primado das categorias econômicas decorre do significado central que tem o trabalho como estrutura fundamental da objetivação social e das relações humanas. Não obstante, as relações econômicas e os resultados de sua investigação não determinam e não podem ser simplesmente transferidos mecanicamente para todo conjunto complexo das inter-relações

¹ Segundo Coutinho (1994, p.102), Gramsci partiu do pressuposto de que a “crítica da economia política já havia sido feita: ele aceita integralmente os resultados dessa crítica, tanto os produzidos pelo próprio Marx quanto, e talvez sobretudo, os contidos nos desenvolvimentos que ela encontrou na obra de Lênin, particularmente em “O imperialismo, fase superior do capitalismo”. Para o gramsciano brasileiro, o foco da atenção do marxista sardo “está concentrado sobretudo na política (nas novas formas de hegemonia burguesa) e não nas determinações econômicas *stricto sensu*” (IDEM, p.103).

² Gramsci, nos Cadernos, desenvolve uma definição da política como práxis possibilitadora da emergência e desenvolvimento de ações conscientes do pertencimento de classe e de luta pela emancipação humana. Trava um importante combate ao estruturalismo de Bukharin, por este focar a determinação estrutural na condução dos processos sociais, que se desenvolveriam independentemente da vontade e da consciência dos homens. Como elucidado por Coutinho (1994, p.104-5), Gramsci, fiel herdeiro da “dialética histórica de Marx [...], a vida social é produto da ação de sujeitos e, nessa medida, tanto a consciência quanto a vontade dos homens são fatores decisivos (ainda que não absolutos) na construção da objetividade social”.

sociais. O específico destas tem que ser identificado em suas múltiplas mediações internas e externas e em suas interligações estruturais fundamentais. É este o caminho reflexivo que Gramsci desenvolve em relação à política, o que em definitivo retira qualquer suposto (e falso) politicismo na sua aceção de política.

1- Estrutura, superestrutura, Estado integral e hegemonia: fundamentos da política para processos de ruptura com a ordem do capital

Neste item apresentamos, de forma sintética, os fundamentos do debate gramsciano acerca da relação estrutura-superestrutura, o Estado integral e a hegemonia. Acreditamos que o conteúdo das análises de Gramsci acerca destes temas apresentam elementos significativos para a compreensão da questão da política em seu pensamento³.

Estrutura e superestrutura

Marx, de uma forma precisa, escreve, no “Prefácio” da obra “Para a Crítica da Economia Política” (1859), a real relação que se estabelece entre o Estado e a sociedade civil:

na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. (Marx, 1996, p. 52).

Gramsci desenvolverá suas reflexões a partir desta indicação marxiana e não abandonará esta orientação. Assim, em nosso entendimento, três aspectos explicitam a concepção gramsciana em relação ao tema da estrutura e superestrutura: a relação dialética entre estrutura e superestrutura; a determinação central da estrutura; e o significado da superestrutura para a compreensão da dinâmica social.

A relação dialética entre estrutura e superestrutura é evidenciada a partir da concepção de “bloco histórico”. Para ao autor, “bloco histórico” é a “unidade entre natureza e espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos” (GRAMSCI, 2000b, p. 26); “a estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’” (GRAMSCI, 2001, p.

³Uma apresentação geral destes e de outros temas que demarcam o pensamento da política em Gramsci estão em Coutinho (2011, pgs 79-147).

250). Assim sendo, a realidade social é constituída por essas duas dimensões e, por isso, não podemos pensá-la reduzindo-a a uma ou a outra dimensão. Gramsci afirma, em diferentes passagens dos Cadernos, que o elemento decisivo do complexo do “bloco histórico” cabe à dimensão estrutural: o “conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (*IDEM, IBIDEM*, p.250).

Em outro momento de seus escritos, quando trata da “Análise das situações. Correlação de forças”, esta determinação surge de forma explícita. Para o autor, o primeiro elemento a ser considerado nesse processo de análise é a dimensão ligada à “estrutura objetiva”, para que seja possível “estudar se existem na sociedade as condições necessárias e suficientes para sua transformação”, só depois deste nível de análise que se deve avaliar a relação das forças políticas (Gramsci, 2000b, p. 40).

Requer sublinhar que esta concepção é radicalmente dialética. Não cabe, neste sentido, qualquer possibilidade de interpretação mecanicista sobre a relação que se estabelece entre o momento determinante central, a estrutura, e seu reflexo, a superestrutura. “A pretensão [...] de apresentar e expor qualquer flutuação da política e da ideologia como uma expressão imediata da infra-estrutura deve ser combatida, teoricamente, como um infantilismo primitivo [...]” (GRAMSCI, 2001, p. 238). Abrimos, assim, o caminho para o terceiro aspecto que gostaríamos de destacar, o significado da superestrutura na formulação gramsciana.

A superestrutura, na totalidade do “bloco histórico”, apesar de não ser o elemento determinante central, não se configura como simples aparência ou epifenômeno da estrutura. Possui estatuto e legalidade próprios, a partir de seus nexos com a dimensão objetiva da vida social. Dessa forma, a superestrutura é a dimensão onde as contradições da estrutura se manifestam e torna possível sua resolução a partir da práxis (GRAMSCI, 2001, pp. 250-251). É nesta dimensão que os homens tomam consciência de sua posição social e de seus objetivos (*IDEM*, p. 389). Portanto, o significado da superestrutura no pensamento do marxista italiano refere-se, em termos gerais, à centralidade que esta categoria adquire para a ampliação das reflexões sobre a política no seio da tradição marxista.

Estado Integral

O marxista italiano empreendeu um desenvolvimento original a partir dos conceitos básicos de Marx, Engels e Lênin para pensar a sociedade civil e sua relação com o Estado.

Gramsci eleva a conceito um conjunto de transformações em curso em sua época histórica como a presença de organizações tanto dos trabalhadores quanto do capital no cenário do capitalismo monopolista (partidos políticos, sindicatos); da conquista do sufrágio universal, do fascismo e do nazismo como movimentos de expressão da hegemonia política da burguesia, da complexificação da esfera da cultura, do direito, da ideologia. É com esta configuração da vida social que Gramsci visualiza uma nova construção das relações de poder e de organização de interesses que fazem emergir uma nova dimensão da vida social, a qual denomina de sociedade civil. Essa esfera designaria o espaço em que se manifesta a organização e representação dos interesses dos diferentes grupos sociais, da elaboração e/ou difusão dos valores, cultura e ideologias. A sociedade civil é parte do Estado, e constitui uma esfera decisiva da luta de classes, na qual os diferentes grupos sociais que se formam a partir de suas inserções no mundo econômico lutam para conservar ou conquistar a hegemonia. Nas palavras de Fontes (2007, p.211-2), “o conceito de sociedade civil liga-se ao terreno das relações sociais de produção, às formas sociais de produção da vontade e da consciência e ao papel que, em ambas, exerce o Estado”. Ou seja, “a sociedade civil é o momento organizativo a mediar as relações de produção e a organização do Estado, produzindo organização e convencimento”.

Essa configuração da sociedade civil é incorporada ao seu conceito de Estado. O Estado integral de seu tempo e contexto, preservando a função de coerção (sociedade política) tal como descoberta por Marx e Engels (1848), também incorpora a esfera da sociedade civil (cuja função é o consenso). Para Gramsci (2000b, p.331) "Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados". Fundamental para o sardo comunista é o entendimento do conjunto de mediações que conformam e esclarecem esse domínio e o consentimento, pois a capacidade de dirigir e organizar o consentimento dos subalternos é um elemento fundamental para o fortalecimento da dominação de classes. São essas indagações que vão construindo seu conceito de hegemonia.

A dinâmica que se processa no interior da sociedade política e da sociedade civil revela uma distinção em relação à “função” que exercem na conservação ou transformação das relações de poder entre as classes sociais. Enquanto na “sociedade política” a classe dominante exerce seu poder e sua dominação por uma ditadura através dos “aparelhos coercitivos de Estado”, na sociedade civil esse exercício do poder ocorre por intermédio de

uma relação de hegemonia que é construída pela direção política e pelo consenso Montão e Duriguetto (2010, p.46). A formação e difusão de um consenso que incorpora e reflete interesses de classes necessita de uma base sócio-institucional que possua estrutura e legalidade própria. É essa certa autonomia e independência material e funcional dos organismos sociais “privados” em relação aos do “Estado-coerção” (ou sociedade política) que marca o fundamento da sociedade civil e sua função mediadora entre a estrutura econômica e o Estado em sentido estrito.

Hegemonia

É nesta apreensão das relações de poder materializadas nos campos do Estado integral que Gramsci apreende os conteúdos das relações de hegemonia⁴. O conceito se refere tanto ao processo em que uma classe torna-se dirigente, quanto à direção que uma classe no poder exerce sobre o conjunto da sociedade. A hegemonia expressa a direção e o consenso ideológico (de concepção de mundo) que uma classe consegue obter dos grupos próximos e aliados. A construção de uma nova hegemonia também implica considerar a possibilidade do enfraquecimento do poder de direção e de formação do consenso da classe que detém o poder econômico e político, criando o terreno para o confronto entre uma hegemonia em "crise" e uma outra que ainda não nasceu⁵.

A centralidade reflexiva de Gramsci está em desocultar as mediações pelas quais o Estado – esfera em que se efetiva a unificação e o exercício da dominação da burguesia, como já explicitara a teoria marxiana e Lênin - consolida e reproduz essa dominação. E essa dominação não se materializava somente pela repressão mas, e principalmente, incluía essa direção de classe na superestrutura pela sua aceitação consensual dos setores subalternos. É a sociedade civil a esfera das mediações do exercício da dominação de classe, pelo Estado, por meio do convencimento, da hegemonia. Situa-se aqui, na reflexão acerca dos processos de manutenção da hegemonia ou de formação de uma contra-hegemonia a definição da política

⁴Como esclarece Gruppi (2000, p.1), “o termo *hegemonia* deriva do grego *eghestai*, que significa ‘conduzir’, ‘ser guia’, ‘ser líder’, ou também do verbo *eghemonieuo*, que significa ‘ser guia’, ‘preceder’, ‘conduzir’, e do qual deriva ‘estar à frente’, ‘comandar’, ‘ser o senhor’. Por *eghemonia*, o antigo grego entendia a direção suprema do exército. Trata-se, portanto, de um termo militar. Hegemônico era o chefe militar, o guia e também o comandante do exército”.

⁵“Isso nos diz que o conceito de hegemonia é apresentado por Gramsci em toda a sua amplitude, isto é, como algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer” Gruppi (2000, p.3).

em Gramsci. O que define mais precisamente a ideia da política no seu pensamento é a passagem em que define a “pequena política” (“restrita”) e a “grande política” (“ampla”). É nesta reflexão que temos a explicitação dos processos políticos que podem levar a ações das classes voltadas à manutenção da hegemonia da classe dominante – fenômenos afetos à pequena política - ou à sua transformação – processos próprios da grande política, que se expressa no que denomina nos Cadernos de *catarse*.

Suas anotações sobre a “pequena política” e sua configuração “restrita” é apresentada nos Cadernos como as práticas e projetos políticos ligados à manutenção e /ou justificação das relações de poder entre governantes e governados, dirigentes e dirigidos. Evidencia que essa divisão de poder é resultante da divisão da sociedade em classes e com a criação das condições nas quais se efetive a superação das classes, haverá o desaparecimento da divisão entre governantes e governados. Para Gramsci (2000b, p.21) a “pequena política (política do dia a dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas” que “compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política” expressa os processos políticos que legitimam e perpetuam a divisão de classes e de poder político. Se para Gramsci (2000b, p.331) “[...] Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados [...]”, torna-se fundamental o entendimento do conjunto de mediações que conformam e esclarecem esse domínio e seu consentimento: como se governa e por que o governado obedece. Segundo Coutinho (1994, p.111), muitas das reflexões gramscianas buscam esclarecer essa questão, o que lhe permite desenvolver e introduzir novas determinações nos conceitos de coerção e consenso. A teoria do Estado integral, exposta acima, é uma contribuição para o entendimento do exercício da dominação política estatal não somente pela via da coerção, mas ao se difundir pelo conjunto da sociedade civil, a dominação também se baseia no consenso, na hegemonia.

Os processos políticos que conformam a “grande” política se materializam por meio das conquistas progressivas de uma unidade político-ideológica das classes subalternas, alargando e articulando seus interesses e necessidades na busca da superação dos seus limites corporativos. Esse é o processo e o momento que Gramsci denomina de “catarse”, isto é, “[...] a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-

político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens" (GRAMSCI, 2001, p. 53)⁶. Questão a ser desenvolvida no próximo item.

2 - Lutas sociais e processos políticos: catarse, partido e estratégias revolucionárias

No item anterior foram explicitadas as principais categorias que fundamentam a concepção de política desenvolvida pelo marxista italiano. Para aprofundarmos esta concepção gramsciana é necessário tratar de três temas fundamentais de sua reflexão política: catarse, partido e estratégias revolucionárias.

Catarse e a função do partido

Esta passagem do momento econômico ao ético-político se efetiva pela via da ação política das classes subalternas cujos interesses particulares identificam-se com os interesses universais⁷. A consciência ético-política visa ao universal, à totalidade. Segundo Coutinho (1994, p.106),

“o conceito de catarse tem assim, para Gramsci, uma dimensão claramente política: o momento “catártico” é aquele em que o homem afirma sua liberdade em face das estruturas sociais, revelando que – embora condicionado pelas estruturas e, em particular, pelas estruturas econômicas – é capaz ao mesmo tempo, de utilizar o conhecimento dessas estruturas como fundamento para uma práxis autônoma, para a criação de novas estruturas, ou, como ele diz, para ‘gerar novas iniciativas’”.

Os processos de mediação da formação de consciência econômico-corporativa à ético-política são explicitados por Gramsci quando destaca três momentos do grau de homogeneidade, de organização e consciência ideo-política alcançado pelos vários grupos sociais: o primeiro é o momento econômico-corporativo, no qual o grupo profissional toma consciência dos seus interesses e do dever de organizá-los, mas não desenvolveu ainda unidade com o grupo social mais amplo; o segundo é o momento sindicalista, "em que se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico". O terceiro momento é aquele em que se atinge a consciência de classe ou da fase hegemônica, "em que se adquire a consciência de que os

⁶A passagem de uma consciência reivindicatória para uma consciência da totalidade da realidade social está presente no processo que Marx (1982) denomina da transição da “classe em-si” à “classe para-si”, da elevação da consciência sindical à político-universal de Lênin (2010) e da “catarse” em Gramsci.

⁷Nas esclarecedoras palavras de Coutinho (1994, p.158-9), “em Gramsci, o momento catártico – que ele chega mesmo a conceber como sinônimo de práxis política – é o processo mediante o qual um grupo social supera seus interesses econômicos, meramente corporativos ou ‘egoístico-passionais’, e se eleva à consciência ético-política’, à condição de classe universal, capaz de se tornar hegemônica por dar respostas historicamente universais às questões vividas pelo povo-nação e pela humanidade numa época concreta”.

próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo [...] e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. Esta é fase [...] além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano 'universal' [...]. Gramsci (2000b, p.41).

O desenvolvimento de uma consciência crítica em relação à hegemonia vigente- nas formações sociais em que as superestruturas apresentam uma alta complexidade sócio-institucional e político-ideológica - requer uma intensa "preparação ideológica das massas", um "trabalho de crítica, de penetração cultural, de permeação de idéias", de construção de uma nova concepção de mundo (de uma "reforma intelectual e moral").

Daí a importância fundamental que Gramsci atribui à função dos intelectuais orgânicos, função diretamente relacionada com a sua preocupação com a política. Para Gramsci, os intelectuais orgânicos são criados a partir da inserção e da função de cada grupo social na esfera da produção e do conjunto das relações sociais. São os intelectuais "[...] que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político [...]" (GRAMSCI, 2000a, p.15). Para Gramsci, intelectuais orgânicos são todos os que exercem uma função educativa, organizativa para criar ou manter relações de hegemonia de uma determinada classe. São intelectuais os membros de partidos, de sindicatos, de organizações e movimentos sociais etc. Na ação dos intelectuais das classes subalternas, a base do conhecimento para o convencimento está na apreensão das normas ou valores (concepção de mundo, linguagem, senso comum etc.) que informam a práxis cultural e política do indivíduo ou sujeitos sociais (como se dão as formas de consciência e como estas se relacionam e se manifestam com a práxis política) e também nas normas e valores utilizados para o convencimento (que devem ser dirigidos para a formação da vontade coletiva). Foi a esse tipo de conhecimento que Gramsci denominou de ideologia. Ou seja, àquela relação entre conhecimento e ação que é mobilizada para a partilha de valores e ações comuns. Em suas análises, Gramsci (2001, p.237) distingue as ideologias que são "historicamente orgânicas", na expressividade dos processos sociais de organização das classes e da ordem social, daquelas que são "arbitrárias", ou seja, que impulsionam de forma pouco duradoura a ação humana. As primeiras formam o terreno no qual os homens adquirem consciência de sua posição de classe, lutam enquanto que as segundas não criam senão ações individuais em pequenos grupos, expressão da pequena política. É na esfera das ideologias

orgânicas que se expressa o campo da luta política entre diferentes concepções de mundo pela conquista da hegemonia. É nela o campo da grande política. Gramsci situa sua "filosofia da práxis" nesse terreno de luta das ideologias orgânicas e na participação ativa dos setores subalternos na busca da superação e destruição da relação "hegemônica" entre governantes e governados e da formação de uma nova contra-hegemonia.

Para Gramsci, a imposição ou adesão passiva ao consenso dirigido pela classe dominante é resultado do fato de ser a detentora do poder econômico e dos principais portadores e divulgadores de sua hegemonia: o poder estatal e suas organizações na sociedade civil. São inicialmente estas últimas que formam o aparelho da hegemonia política e cultural das classes dominantes, é exatamente aí que exercem a direção sobre as demais classes.

É no cômputo de uma complexa e progressiva passagem da consciência e da prática "egoístico-passional" para a "ético-política" que se constitui e que se pensa a questão da "grande política" em Gramsci. Seus alicerces residem nos espaços interativos de um tipo específico de práxis: aquela voltada para transformar a ação do outro (práxis social/interativa). Atuar sobre a ação do outro (ou dos outros) para a construção de uma nova hegemonia implica conhecer as determinações que condicionam seu agir (determinações econômico-objetivas) e ter capacidade de convencê-lo a agir na direção desejada.

O conhecimento destas determinações econômico-objetivas para fomentar e induzir processos políticos de rupturas com uma visão centrada no imediato ou no horizonte corporativo está descrito na passagem nos Cadernos, já mencionada, intitulada "Análise das situações. Correlação de forças". Aqui, Gramsci examina os diversos "momentos" ou "graus" em que se articulam as relações de forças entre as classes sociais, objetivando identificar as situações que "sugerem as operações táticas imediatas, indicam a melhor maneira de empreender uma campanha de agitação política, a linguagem que será mais bem compreendida pelas multidões, etc." (GRAMSCI, 2000b, p.19). O primeiro nível de análise que examina as relações de força é o econômico, ou seja, é aquele ligado à estrutura objetiva, do grau de desenvolvimento das forças materiais de produção em que se tem os agrupamentos sociais e suas funções e posições na divisão social do trabalho. Trata-se da base objetiva na qual se estabelece, com realismo, a análise da relação e situação política das forças sociais. É neste segundo nível - o das "relações das forças políticas"-, que se estabelece a identificação do grau de homogeneidade, de organização e consciência ideo-política alcançado pelos vários grupos sociais: o primeiro é o momento econômico-corporativo, no qual o grupo profissional

toma consciência dos seus interesses e do dever de organizá-los, mas não desenvolveu ainda unidade com o grupo social mais amplo; o segundo é o momento sindicalista, "em que se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico". A questão do Estado é posta nesse momento "apenas no terreno da obtenção de uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes, já que se reivindica o direito de participar da legislação e da administração e mesmo de modificá-las, de reformá-las, mas nos quadros fundamentais existentes". O terceiro momento apresenta

[...] a fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em 'partido', entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano 'universal', criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados (*Idem*, pgs. 40-41, Grifos nossos).

É nesse terceiro momento, interno às relações das forças políticas, que se pode identificar a formação de uma consciência ético-política de classe e em que esta posta a questão da fundação de uma nova hegemonia de classe⁸. Como explicita Coutinho (1991, pgs. 105-106), para Gramsci, a possibilidade da construção de uma nova hegemonia está na capacidade de formação de uma vontade coletiva revolucionária dirigida pelas classes subalternas. Nessa construção, o gramsciano brasileiro chama atenção para a centralidade das observações do marxista sardo acerca da necessidade da superação dos movimentos espontâneos pela direção política consciente, ou seja, por "uma síntese político-intelectual que supere os elementos de corporativismo e transforme tais movimentos em algo homogêneo, universalizante, capaz de ação eficaz e duradoura". Para Gramsci, os "sentimentos espontâneos" das massas, prossegue Coutinho, devem ser "educados", "orientados" e é da "unidade da espontaneidade" com a "direção consciente" que se deve desenvolver a ação política das classes subalternas. Essa função de síntese e de mediação caberia aos intelectuais orgânicos do partido, ao "Moderno Príncipe". Também elucida Coutinho (*IDEM*, p. 106) que

⁸ A análise das relações de forças é completada por um terceiro nível, identificado por Gramsci como relação de forças militares. A interpretação do significado deste nível de análise das relações de forças abre uma polêmica sobre a estratégia revolucionária defendida por Gramsci, cuja discussão apresentamos, de forma breve, no próximo item.

a “formação de uma vontade coletiva liga-se organicamente ao que Gramsci chama [...] de ‘reforma intelectual e moral’”. O Moderno Príncipe deve ser “ao mesmo tempo o organizador e expressão ativa e operante” dessa vontade e trabalhar por uma “reforma intelectual e moral” (GRAMSCI, 2000b, p.18), condição necessária para o processo de criação de uma contra-hegemonia das classes subalternas e pela consequente criação da nova sociedade “regulada”, termo usado por Gramsci para se referir à criação do “autogoverno dos produtores associados”.

Guerra de posição e guerra de movimento: estratégia e tática no processo revolucionário

Como vimos no item anterior, a sociedade civil e sociedade política formam o Estado integral. Como implicações dessa concepção, Gramsci distingue dois tipos de configuração societal: “ocidental” e “oriental”. Na sociedade “oriental”, a sociedade política é tudo e a sociedade civil é frágil, não há equilíbrio entre essas duas dimensões. Por outro lado, a sociedade “ocidental” configura-se por ter um equilíbrio entre a sociedade civil e a sociedade política. Esta percepção de Gramsci sobre diferentes tipos de sociedade o levou a definir estratégias revolucionárias diferenciadas para o “Ocidente” e “Oriente”.

A “guerra de movimento”, caracterizada pelo assalto ao Estado realizado pelos agentes revolucionários, com o objetivo de tomar o poder central e implementar uma nova ordem, era uma estratégia que só poderia ser utilizada em sociedades que possuíam um pólo de poder centralizado e nas quais sua sociedade civil fosse frágil. Portanto, era uma estratégia revolucionária para o “Oriente”.

Segundo Gramsci, nas sociedades capitalistas avançadas, a sociedade civil apresenta-se com autonomia relativa, tanto funcional quanto material, em relação à sociedade política. Por isso, numa sociedade “ocidentalizada”, o poder é exercido, de forma mais balanceada, através da coerção e do consenso. Portanto, a estratégia revolucionária tem que incorporar a necessidade de disputar a hegemonia.

Neste sentido, a sociedade civil transforma-se no espaço privilegiado para o desenvolvimento da disputa pelo poder. Pois, neste espaço estão presentes os “aparelhos privados de hegemonia”, base material através da qual se processa a disputa hegemônica. “Guerra de posição” é o nome empregado por Gramsci para definir essa estratégia que propõe, antes da tomada do poder de Estado, a obtenção da hegemonia das classes subalternas - através da disputa na sociedade civil -, visando à conquista progressiva

de uma unidade político-ideológica – de uma direção de classe - para constituir um novo “bloco histórico”, o qual, inicialmente, altera a correlação de forças na sociedade e termina por impor a ascensão de uma nova classe ao poder (Coutinho, 1991).

A formulação dessas estratégias revolucionárias articuladas à configuração societal existente (“oriental” e “ocidental”) é indicada pelo marxista italiano ao apontar que o conceito de “revolução permanente”, surgido antes de 1848, é adequado a um período histórico onde os aparelhos privados de hegemonia não se encontravam tão desenvolvidos (partidos de massa, grandes sindicatos, organizações culturais diversas). Por outro lado, a complexificação da sociedade capitalista levou à necessidade de redefinição da estratégia revolucionária a ser adotada: “ocorre na arte política o que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição” (*IDEM, IBIDEM*). Conforme elaborado por Gramsci (2000b, pgs. 72-73).

[...] nas guerras entre os Estados mais avançados do ponto de vista civil e industrial, a guerra manobrada [ou de movimento] deve ser considerada como reduzida mais as funções táticas do que estratégicas [...]. A mesma transformação deve ocorrer na arte e na ciência política, pelo menos no que se refere aos Estados mais avançados [...].

Dessa forma, entendemos que o marxista italiano não elimina a utilização da “guerra de movimento” no processo revolucionário, muito pelo contrário, sua manutenção, mesmo nas sociedades avançadas, nas democracias modernas, continua válida e deve ser utilizada. Em outras palavras, a estratégia é a guerra de posição e esta estratégia não dispensa, ou melhor, requer a utilização da guerra de movimento em determinados momentos do processo revolucionário.

Conclusão

As categorias apresentadas, sumariamente, neste artigo (estrutura, superestrutura, Estado integral, catarse, hegemonia, guerra de movimento e guerra de posição), orientam por onde devemos caminhar para uma reflexão consequente e efetivamente gramsciana para pensarmos a política numa perspectiva revolucionária.

Não podemos transformar o questão da política em Gramsci – produto do seu esforço crítico contra a vulgata economicista – num suposto pensamento politicista. Os elementos elencados anteriormente, mesmo que apenas pontuados, nos oferecem indicações precisas sobre o significado da estrutura econômica no desenvolvimento da sociedade e o lugar da

política na dinâmica da vida social. Foi possível mostrar que a perspectiva da *política* adotada pelo sardo comunista implica o horizonte de uma sociabilidade superior cuja materialização encontra-se fundada nas transformações das condições econômicas da vida social. Ou seja, a ação política indicada não está parametrizada pela ordem do capital e nem se viabiliza desconsiderando os elementos econômicos (objetivos) da realidade. Portanto, longe de uma concepção reformista e/ou politicista.

Referências bibliográficas

- COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. RJ: Campus, 1991.
- _____. *Marxismo e Política*. RJ: Cortez, 1994.
- _____. *De Rousseau a Gramsci*. SP: Boitempo, 2011.
- FONTES, V. “Sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980”; in Lima, J. C. F. e Neves, L. Ma. W. (orgs). *Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo*. RJ: Fiocruz, 2007.
- GRUPPI, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. R J: Graal, 2000.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. RJ: Civilização Brasileira, 2000a, vol. 2.
- _____. *Cadernos do cárcere*. RJ: Civilização Brasileira, 2000b, vol. 3.
- _____. *Cadernos do cárcere*. RJ: Civilização Brasileira, 2001, vol 1.
- LÊNIN, V. I. *O que fazer?* SP: Expressão Popular, 2010.
- LIGUORI, G. _____. *Roteiros para Gramsci*. RJ: Editora da UFRJ, 2007.
- MARX, K. *Para a crítica da economia política*. Coleção **Os Pensadores**. São Paulo. Editora Nova Cultural, 1996.
- MARX, K. *Miséria da Filosofia*. SP: Ciências Humanas, 1982.
- MARX, K e ENGELS, F. *Obras Escolhidas*: RJ, v. 1, 1956
- MONTÃO, C. e DURIGUETTO, M. L. *Estado, Classe e Movimento Social*. SP: Cortez, 2010.
- PORTELLI, H. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977

I JOINGG – JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ANTONIO GRAMSCI
VII JOREGG – JORNADA REGIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ANTONIO GRAMSCI
Práxis, Formação Humana e a Luta por uma Nova Hegemonia
Universidade Federal do Ceará – Faculdade de Educação
23 a 25 de novembro de 2016 – Fortaleza/CE
Anais da Jornada: ISSN 2526-6950